

Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena

Hernán Ramírez

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

ABSTRACT

In this article, we review the programs that supported the economic policies of Brazilian and Chilean dictatorships. In Brazil, we consider the positions formulated by the Institute of Research and Social Studies (IPES), between 1962 and 1968, mostly implemented during the regime established after 1964; in Chile, we analyse the approach known as *El Ladrillo*, written and prepared by the Pontifical Catholic University Santiago de Chile, from 1956, which served as a reference to the authoritarian regime established in 1973. By means of which we observe the existence of many aspects in common, despite the local nuances.

Keywords: economic programs; dictatorships; Brazil; Chile

Neste artigo analisamos os programas que embasaram as políticas econômicas das ditaduras brasileira e chilena. No Brasil consideramos as posições formuladas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) entre 1962 e 1968, na sua maioria implementadas durante o regime instaurado após 1964; no Chile, abordamos o escrito conhecido como *El Ladrillo*, elaborado junto à Pontifícia Universidad Católica de Santiago de Chile a partir de 1956, que serviu de referencial ao regime autoritário instaurado em 1973. Por meio deles, observamos a existência de numerosos aspectos em comum, apesar dos matizes locais.

Palabras claves: programas econômicos; ditaduras; Brasil; Chile

No mundo acadêmico, o acúmulo expressivo de pesquisas e descobertas recentes de fontes documentais tem convertido em pontos pacíficos a certeza da existência de uma articulação repressiva entre as ditaduras do Cone Sul, assim como a participação dos Estados Unidos no processo que levou à instauração desses regimes autoritários. Não obstante, menos evidentes são os intentos realizados para comparar, de forma sistemática, as suas plataformas, sendo as de âmbito econômico aquelas sobre as quais maiores esforços se depositaram.

Nesse sentido, as obras de René A. Dreifuss (1981) e Juan Gabriel Valdés (1989) podem ser considerados seus marcos referenciais mais consistentes, para Brasil e Chile respectivamente, as quais interessam ainda desde outra perspectiva, já que servem tanto para entender as ditaduras, quanto para analisar outros fenômenos nos quais elas se inserem.

De tal maneira, os debates mais recentes em torno das origens do neoliberalismo atualizaram esses estudos, ao sugerirem relações entre os dois processos. Dissociando o prefixo neo de liberalismo, que dava uma falsa ilusão de se tratar de uma continuidade, as pesquisas nesse campo têm demonstrado como as ditaduras se inserem no processo que elevaria tais posições econômicas ao patamar de discurso hegemônico, nas décadas de 1980 e 1990. A força alcançada naquele eufórico momento, chegou a anuviar as suas origens, menos fulgurantes, mas que precisam de pesquisas que as elucidem.

Assim, tais proposições consideram que esse tipo de pensamento teve nos regimes autoritários um aliado crucial, sem o qual provavelmente seu sucesso não teria sido possível. Esse elo é conhecido na literatura especializada como o Paradoxo Ortodoxo, já que o neoliberalismo, apesar de se posicionar discursivamente de forma veemente contra a ação estatal, valeu-se dela para se impor, em especial durante o período em que as ditaduras vigoraram (Evans, 1992 e Kahler, 1989).

Para os casos em estudo, buscamos analisar as programáticas que embasaram as políticas econômicas das ditaduras brasileira e chilena. A escolha por uma abordagem comparativa se deve à necessidade de sopesar os elementos em que os dois casos se assemelham ou se diferenciam para, assim, poder concluir pela existência ou não de um processo em comum. Desde essa perspectiva, quando contrastados com outros, os casos singulares adquirem novo relevo, uma vez que as descobertas de pontos em comum ampliam o leque de questões causais (Kocha, 2003 e Heinz, 2009). Por fim, embora procuremos com tal método as semelhanças, a sua rigorosidade também nos permitirá desfazer falsas analogias (Bloch, 1976).

Não obstante este seja um olhar sedutor, devemos, entretanto, lembrar da arguta crítica de Charles Tilly (1991), que alertou sobre o perigo das comparações enormes, propondo, em seu lugar, aquelas mais delimitadas, com objetos específicos. Razão pela qual tentaremos nos afastar das primeiras e concentrarmo-nos nas segundas.

Para alcançar esse objetivo, para este artigo escolhemos dois processos passíveis de comparação. Considerando-se as inevitáveis distâncias, os dois países que estaremos estudando, tinham uma conjuntura em comum. Tanto Brasil quanto Chile viviam um período turbulento, no qual governos nacional-populares, empregando o conceito de Alain Touraine (1989)¹ se radicalizavam,

¹ Preferimos esta categoria, dado que permite englobar regimes que a noção de populismo dificilmente daria conta, como no caso do governo de Salvador Allende.

levando seus opositores a se articularem para contrapô-los. Tais articulações tiveram no plano das ideias, um dos seus pontos-chaves, já que serviram tanto para deslegitimar os governos constituídos, dando embasamento aos golpes de Estado, quanto para dar organicidade aos regimes instaurados após 1964 e 1973, respectivamente.

Dessa tensa conjuntura, selecionamos dois conjuntos documentais para análise, os quais sintetizam as principais linhas de pensamento adotadas na área econômica pelas duas ditaduras. As mesmas seriam levadas adiante como políticas públicas durante esse período. Muitas delas, inclusive, pelos mesmos atores que as elaboraram, convertidos rapidamente em expoentes de relevo dentro das administrações autoritárias, a maior parte deles tendo galgado ministérios.

No caso brasileiro, falta um ou um grupo de documentos formais que possam ser indicados claramente como o *corpus* do pensamento econômico seguido pelo regime autoritário. Não obstante, vários escritos elaborados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), alguns em colaboração, podem ser considerados em sua ausência. Isto procede já que tal Instituto foi uma poderosa “usina de ideias” que abasteceu com argumentos os opositores do presidente João Goulart e ajudou a deflagrar o golpe de Estado de 1964, passando imediatamente a dar sustentação ideológica à ditadura.

Ao contrário do que habitualmente se pensa, essas propostas nasceram de táticas defensivas e, num estágio posterior, ganharam a iniciativa.

No caso do IPÊS com elas se pretendia contestar as Reformas de Base, que os grupos partidários do presidente João Goulart tinham-nas colocado na agenda brasileira e agitavam ameaçadoramente, almejando transformar o país. No alvorecer de 1962, o Instituto estabeleceu um amplo esquema de discussão que se estenderia até 1963². Essas atividades foram levadas adiante por verdadeiras equipes de trabalho, denominadas unidades de estudo, no Rio de Janeiro, e que também operavam no Congresso, em Brasília, desde onde se coordenavam as operações (IPÊS, 1962c, 1962d, 1963a e 1963b).

Desses trabalhos, interessam-nos aqueles que debatiam a legislação anti-trust (IPÊS, 1962b)³; sobre remessa de lucros, que contou com a assistência do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (IPÊS, 1962e); bancária (1962f e 1962g); tributária e fiscal (1962b e 1962h); a venda das ações do governo em empresas estatais a interesses privados, apresentada pelo deputado Jessé Pinto Freire, líder da Confederação Nacional do Comércio (CNC); democratização do capital⁴; participação dos empregados nos lucros das empresas e 13º salário⁵; habitação popular (IPÊS, 1962k e 1964b); e Reforma Agrária, sendo que os dois últimos foram elaborados em parceria com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁶.

² O plano previa o estudo de 11 temáticas de curto e outras 15 de longo prazo, todas com seus respectivos coordenadores (IPÊS, 1962a e 1962b).

³ Foram preparados mais dois estudos, o primeiro constituía uma análise e crítica do substitutivo apresentado pelo senador Sérgio Marinho para o projeto 3.55 da Câmara dos Deputados; o segundo foi divulgado no *Boletim Mensal* do IPÊS.

⁴ Esses trabalhos podem ser encontrados nos seguintes documentos: Jorge Oscar de Mello Flores e Gilbert Jr. Huber (1963); e José Garrido Torres (1965, pp. 14-18).

⁵ A expressão 13º salário ou, simplesmente, 13º, faz referência ao salário complementar que num primeiro momento foi anual e que adotou diferentes denominações nos países que se implementou (IPÊS, 1962b, 1962i e 1962j).

⁶ Esses estudos estão em diversas atas do IPÊS (20/3/1962, 18/5/1962, 25/5/1962, 1/6/1962,

Também observaremos os estudos encomendados sobre as reformas constitucional (IPÊS, 1962p, 1962q e 1962r); do legislativo e da administração pública (IPÊS, 1962q e 1962r); e eleitoral, contando esse último com a colaboração da Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio de Janeiro (IPÊS, 1962b, 1962s, 1962t, 1962u, 1963d e 1963e).

A maioria dessas propostas foi discutida no Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base (Figueiredo, 1963), realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) sob a presidência do general Edmundo Macedo Soares, da Ação Democrática Parlamentar (ADP)⁷. O evento contou com promoção do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e da *Folha de S. Paulo*, dessa cidade. Em sete dias de sessões, levadas a cabo em janeiro de 1963, reuniu-se um público estimado em 22.000 assistentes, os quais discutiram mais de 80 propostas de diretrizes políticas. As mesmas foram agrupadas em três níveis: o primeiro de ordem político, que incluía as reformas Eleitoral, Legislativa, Administrativa, da Estrutura Política, do Judiciário e da Política Exterior; o segundo, de ordem social, contendo as medidas sobre Reforma Agrária, Trabalhista, Participação dos Lucros das Empresas, Distribuição de Renda, do Bem-Estar e Previdência Social, Educacional, Habitacional, Sanitária e de Saúde Pública; e o terceiro, de ordem econômica, incluindo Reformas Monetária e Bancária, Tributária, Orçamentária, da Legislação Anti-Trust, Comércio Exterior, Serviços de Utilidade Pública, Uso dos Recursos Naturais e Reforma da Empresa Privada⁸.

Igualmente, observaremos o estudo “*Inflação e suas causas*”, encomendado a Dênio Chagas Nogueira, o qual contou com a colaboração, entre outros, de Raymundo Padilha, deputado da ADP.

Assim, por volta de março de 1963, o IPÊS havia submetido à análise do Congresso vinte e quatro projetos de lei, que eram impulsionados pelo seu Grupo de Assessoria Parlamentar e pelos deputados da ADP, que o Instituto financiava e, até certo ponto, controlava. Embora derrotadas na oportunidade, muitas dessas propostas tornaram-se políticas públicas após o golpe de Estado de 1964, quando vários quadros desse Instituto passaram a ocupar cargos na administração autoritária, desde os quais as promoveriam.

Para finalizar esta introdução, no que se refere ao Brasil, embora ocorridos numa etapa posterior, incluímos nesta análise os debates produzidos no Fórum de Educação. Esse evento foi realizado pelo IPÊS em parceria com a PUC do Rio de Janeiro, entre os meses de outubro e novembro de 1968, para o qual contaram com o patrocínio do Jôquei Clube Brasileiro e da empresa Klabin Irmãos SA.

4/6/1962, 8/6/1962, 15/6/1962, 22/6/1962, 27/6/1962, 29/6/1962, 4/7/1962, 11/7/1962, 18/7/1962, 23/7/1962, 25/7/1962, 27/7/1962, 31/7/1962, 3/8/1962, 8/8/1962, 13/8/1962, 15/8/1962, 27/8/1962, 3/10/1962, 11/10/1962, 18/10/1962 e 9/11/1962), do Comitê Executivo do IPÊS, (12/3/1963 e 5/3/1963) e do Comitê Executivo do IPÊS/Rio (22/5/1962, 16/8/1962, 5/3/63, 9/5/1963, 23/8/1963 e 5/11/1963); assim como em Paulo de Assis Ribeiro (s/d), Paulo de Almeida Barbosa (1963), Aniz Badra (1962), M. Diegues Jr. (1963, pp. 51-54), FIESP (1963), IPÊS (1962/1963, 1962b, 1963 e 1964), *O Estado de S. Paulo* (28/4/1963, 13/6/1963 e 14/6/1963), Cândido Guinle de Paula Machado (1963, pp. 72-77), José Arthur Rios (1963, pp. 45-50), José Arthur Rios et all (1961) e Glycon Teixeira de Paiva (1963).

⁷ Agrupação interpartidária que nucleava os partidos de oposição a Goulart.

⁸ Esses estudos estão dispersos num volumoso número de documentos, especialmente nas Atas do Comitê Executivo do IPÊS (14/8/1962, 16/8/1962, 20/8/1962, 27/8/1962, 28/8/1962, 5/9/1962, 6/9/1962, 10/9/1962, 11/9/1962, 12/9/1962, 13/9/1962, 17/9/1962, 18/9/1962, 19/9/1962, 20/9/1962, 24/9/1962, 25/9/1962, 27/9/1962, 28/9/1962, 11/12/1962, 9/12/1962, 20/12/1962 e 27/12/1962).

Apesar de estar muito circunscrito, dada a delicada conjuntura do país, o Fórum contou com a participação de influentes personalidades como conferencistas e debatedores, dentre os quais se destacaram os ministros Clemente Mariani, Lucas Lopes, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva e Roberto de Oliveira Campos, assim como o deputado Raymundo Padilha, liderança da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e governador do estado da Guanabara dois anos depois (IPÊS, 1986a e 1968b), a maior parte dos quais relacionava-se com o Instituto de longa data e ocupava importantes cargos no governo. Por fim, as conclusões foram condensadas num livro, intitulado *A educação que nos convém* (IPÊS, 1969), sendo a maioria delas implementada posteriormente como política pública (IPÊS, 1986a e 1968b e Souza, 1981, p. 71).

Passando a nos ocupar do país transandino, *El Ladrillo*, como é conhecido popularmente o volumoso documento que deu origem ao programa intitulado *Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*, foi condensado em livro pelo Centro de Estudios Públicos (CEP), com prólogo de Sérgio de Castro, em 1992. Tal programa era resultado de um longo percurso, iniciado em 1956, quando foi assinado um convênio entre a Pontifícia Universidade de Santiago de Chile e a Universidade de Chicago objetivando formar profissionais e desenvolver estudos na área econômica.

O grupo constituído em torno dessa iniciativa elaboraria uma plataforma de governo para o candidato Jorge Alessandri, que não chegou a adotá-la, devido ao tom drástico de muitas das medidas propostas. Além disso, tal candidato foi vencido por Salvador Allende no pleito eleitoral de 1970. Assim, mesmo sem sucesso imediato, as diretrizes contidas nesse trabalho foram retomadas após o golpe de Estado de 1973, especialmente durante a etapa que se estendeu até 1979, na qual o próprio Sérgio de Castro esteve à frente dos ministérios da Economia e da Fazenda.

Todos os apartados incluídos nesse livro serão analisados, claro que de maneira sintética, os quais, em estrita sequência, são destinados a expor as políticas de descentralização, comércio exterior, preços, monetária e fiscal, tributária, mercado de capital, previsão e segurança social, redistribuição do ingresso, educacional, inversões estrangeiras, social, agrária e industrial.

Para favorecer a exposição, realizamos um pequeno esforço por agrupar algumas das temáticas contidas nos dois conjuntos documentais, para não repetirmos argumentos, tal como fica exposto no quadro a seguir.

Quadro nº 1

		CORPUS DOCUMENTAL	
		El Ladrillo	IPÊS
PROPOSTAS	Descentralización		Reforma Constitucional Reforma do Legislativo e da Administração Pública Reforma Judiciária Reforma Eleitoral
	Mercado de capitales Comercio exterior		Legislação Anti-trust, Venda aos interesses privados das ações do governo em empresas estatais

Monetaria y fiscal	Reforma Bancária
Precio	Inflação e suas causas
Tributaria	Reforma Tributária e Política Fiscal
Redistribución del ingreso	Democratização do Capital Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas e 13º
Previsión y seguridad social	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS (1966)
Aspectos económico-sociales de la política educacional	Fórum da Educação (1968)
Inversiones extranjeras	Remessa de Lucros
Para el área social	Projeto de Habitação Popular
Agrária	Reforma Agrária
Industrial	

Tal sistematização não induz, segundo o nosso critério, a conclusões precipitadas, apenas torna menos prolixa nossa apresentação. Fazê-lo, dessa forma, seria contraditório com a ideia proposta neste artigo.

As ideias no lugar

Para podermos compreender o ideário das ditaduras, tanto na sua produção quanto na sua aplicação, é necessário conhecer o contexto histórico em que eles se inserem. Com esse propósito, neste apartado será realizado um apanhado dos principais acontecimentos relacionados à conjuntura política geral e, em especial, à participação que nela lhes coube aos produtores dessas propostas, o IPÊS e o grupo que operava na Pontifícia Universidad Católica de Santiago. Em particular, frisaremos sua atuação como formuladores de políticas e articuladores da sua ação, antes e após os golpes de Estado que instauraram as ditaduras no Brasil e no Chile.

Realizar uma análise estrutural de como essas propostas surgiram, nos obriga a remontar no tempo. No ano de 1955, a América Latina atravessava um período tumultuado, com desdobramentos nos países que tomamos para este estudo.

O Brasil ainda não se recompusera totalmente do estupor causado pelo suicídio de Getúlio Vargas, medida extrema para evitar o golpe que se avizinhava. Longe de arrefecer, a ameaça continuou a pairar no horizonte, como demonstram as dificuldades enfrentadas por Juscelino Kubitschek para garantir a sua posse como presidente.

Por sua vez, no Chile, o general Carlos Ibáñez, que ocupava a presidência, entrava em momentos de contradição. Ibáñez tinha assumido o cargo como candidato independente, em 1952, empunhando uma vassoura como alegoria de sua postura anticorrupção. Este símbolo era brandido geralmente por forças pouco coesas, mas o presidente pendeu, em seguida, à esquerda, contrariando fortes interesses.

Entretanto, como a crise no modelo substitutivo⁹ chileno exigia medidas

⁹ Este modelo, também é conhecido como desenvolvimentista, se baseava na industrialização de produtos que antes se importavam, dos finais, numa primeira etapa, a intermediários e bens de capitais, no momento de referência.

drásticas, Carlos Ibáñez encomendou à firma Klein-Saks uma consultoria. Esta culminou por sugerir um clássico receituário ortodoxo, em 1956, que levou o plano a ser rejeitado nas ruas, com greves e movimentos que deixaram um saldo de algumas mortes.

Que esse tipo de assessoria acontecesse exatamente no país sede da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) não pode passar despercebido, algo transcendente no pensamento econômico deveria estar sucedendo.

Não obstante falido, esse primeiro influxo de teorias opostas ao estruturalismo cepalino seria seguido por outro com melhor destino. Naquele mesmo ano, foi assinado um convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Santiago de Chile com a Universidade de Chicago.

Mediante esse acordo se assentava uma ponta de lança das idéias ortodoxas, que, com o tempo, ganharia consistência e força, oferecendo-nos alguns indícios relevantes.

A Universidade de Chicago é conhecida quase como um sinônimo de neoliberalismo. Não obstante, seu pensamento foi apenas um dos componentes que nutriria essa corrente, que podemos considerar mais uma construção *ex post* do que uma linha doutrinária única desde suas origens.

Embora a sua paternidade tenha sido reivindicada e questionada pelas diversas partes envolvidas, a rigor, tal ideologia reconhece várias linhagens, em especial das neoclássicas, basicamente a austríaca e de Chicago, ordoliberal, e da escolha racional, esta em essência a escola de Virginia ou da escolha pública¹⁰; como outras de tipo político, em particular o conservadorismo anglo-saxão.

Por tal motivo, essa denominação englobou aportes provenientes de diferentes escolas de pensamento econômico que tenderam a confluir para uma síntese nos anos 1980, menos sofisticada, mas com maior força política, que seria enunciada por Williamson (1989) como o “*Consenso de Washington*”. Tal receituário arrolou dez das medidas consideradas como as mais adequadas pelos fóruns internacionais da área e que tinham sido ou seriam adotadas por vários países, especificamente os que estamos analisando, como base das suas políticas públicas (Mirowsky e Plehwe, 2009).

Concomitantemente, deu-se um giro copernicano em relação ao planejamento das políticas públicas. A partir dele, o economista emergiu como ator chave, substituindo os políticos e burocratas tradicionais, que perderam espaço por não possuírem as credenciais que os habilitassem nessa nova conjuntura; não dominar o discurso, no momento em que o jargão econométrico se convertia na língua franca da economia transnacional; nem estarem engajados nas redes de expertise que o dominam (Dezalay e Garth, 2002).

Uma das consequências mais importantes desse processo se deu no interior dos órgãos internacionais de fomento, em particular no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial (Bird). Tais órgãos foram reestruturados de acordo com essa nova lógica e colonizados por esse novo tipo de profissional, passando a exercer uma forte tarefa disciplinar nos países. Mediante isto último, submeteram aos seus desígnios as burocracias nacionais, que precisavam de sua ajuda financeira, a qual só era concedida sob essas severas imposições (Corvalán, 2002).

¹⁰ As escolas neoclássicas se baseavam no livre mercado, o que a fez coincidir com algumas das vertentes das teorias da escolha racional; entanto que o ordo liberalismo apregoava certo intervencionismo estatal sob o predomínio do mercado.

Desse modo, parece fazer sentido que a programática política dos regimes autoritários tenha surgido de dentro de entidades que se proclamavam institutos de pesquisa e que estivesse fortemente imbricada com esses tipos de interesses. Devido a diversos fatores, como a instabilidade em sentido amplo, o processo de concentração econômica, o engessamento das corporações tradicionais e a crise dos partidos no mundo todo, as políticas públicas saíram da órbita de influência dos atores que antes as detinham e passaram para a de outros. Esse novo entramado nos revela a confluência dos interesses que emergiram como dominantes naquele momento.

Concretamente, o convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Santiago de Chile e a Universidade de Chicago, assinado em 1956, começou a frutificar por volta de 1958. Para 1967 e 1968 já tinha sido fundado um curso de economia para empresários, registrando assim um atraso comum nas latitudes latino-americanas. Tal curso era ministrado nas dependências da Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA), e, em torno do Centro de Estudios Socio-Económicos (CESEC), seria articulado o programa de Alessandri à presidência e, três anos depois, aquele que embasaria o regime autoritário. Embora sucinta, essa exposição busca revelar o arco completo da aliança que produziria e imporá politicamente tal programática, que incluía empresários, políticos de centro e direita, tecnocratas, militares, membros da Igreja católica e interesses transnacionais, particularmente estadunidenses.

Por sua vez, o IPÊS foi fundado no findar de 1961, em São Paulo, ganhando uma seção no Rio de Janeiro no início de 1962, e entidades congêneres espalhadas por outros estados, sendo as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná as mais atuantes. O Instituto nucleava empresários com atuação corporativa de relevo, tecnocratas de alto escalão, militares de alta patente e alguns religiosos que atuavam na retaguarda. Sua ação centrou-se inicialmente em fornecer argumentos ideológicos contra o comunismo, termo que englobava geralmente a totalidade do campo popular, e a favor da iniciativa privada, agindo por trás dos bastidores.

Não obstante, a partir do banimento do IBAD, em 1963, o IPÊS teve que assumir uma linha mais de frente. Antes tinha dividido tarefas com esse outro Instituto, segundo um *modus vivendi* previamente combinado¹¹, que lhe reservava um papel mais técnico. A partir de então, passou a liderar o embate com o governo Goulart, articulando núcleos integrados por representantes desses segmentos, assim como ajuda externa, na qual as de origem estadunidenses se destacavam (Dreifuss, 1981).

Não foi por mero acaso que o IPÊS tenha sido fundado durante 1961. Naquele período, a América Latina era sacudida novamente, desta vez por ventos caribenhos, que traziam a nova, não muito boa para as elites locais, de que a Revolução Cubana tinha se declarado socialista. Isto deixaria um lastro de apreensão que serviria como caldo de cultura para nutrir grupos que fizeram frente ao temível espectro comunista.

O contexto brasileiro também era alarmante. Jânio Quadro, que tinha assumido o poder com brandindo uma vassoura parecida àquela usada por Ibáñez, também pendia perigosamente para a esquerda num mandato por demais turbulento. Sua renúncia quis ser um derradeiro intento para causar um

¹¹ A expressão foi vertida em IPÊS (1962m); outras evidências que a comprovam em: IPÊS (1962n, 1962o e 1963c); e Maria Celina D'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito (1998).

impacto que lhe devolvesse a confiança perdida, mas não surtiu o efeito desejado e abriu as portas para uma tumultuada sucessão.

O sistema eleitoral brasileiro era bastante peculiar então, com votações separadas para os cargos de presidente e de vice. Por causa disto, João Goulart, que tinha conquistado esse último posto por um partido de oposição ao presidente, via-se agora às portas do poder. Mas, alcançá-lo não seria tarefa simples.

Jango, como era conhecido popularmente, tinha se destacado por medidas polêmicas quando foi ministro de Getúlio Vargas, dentre as quais propor a criação do 13º salário e um aumento de 100 % do salário mínimo, passando a ser visualizado negativamente pelos grupos dominantes, como símbolo do populismo. Por esse motivo, a pesar das Forças Armadas terem, até aquele momento, se manifestado pela preservação da ordem constitucional, elas dividiram-se, passando a engrossar os grupos que conspiravam contra sua posse.

Os episódios que se seguiram são amplamente conhecidos. Amparado na mobilização popular, na qual a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, se destacou, Goulart finalmente conseguiu assumir a presidência. Não obstante, teve que fazê-lo com os poderes reduzidos, pela imposição de um sistema parlamentarista de governo, que seria abolido num plebiscito dois anos depois, em 1963.

Apesar de sair airoso das duas contendidas, as vitórias não foram completas. As Forças Armadas se dividiram e o sistema parlamentarista, que vigorou naquele curto lapso de tempo, colocou o governo num impasse. Tal situação permitiu que a oposição se rearticulasse, o que elevou o tom das suas arengas, passando ela a conspirar abertamente.

O tensionamento do ambiente político conduziu a uma polarização do ambiente para os extremos do espectro político. Na medida em que Goulart se via pressionado a deixar o centro e se aproximar da esquerda em busca de apoio, ele perdia os setores mais moderados que ainda o apoiavam e levava a direita a tentar soluções mais ousadas.

No caso chileno, observamos um cenário parecido. As Forças Armadas também tinham sido respeitadas da ordem constitucional. Sem embargo, imediatamente após se conhecer o resultado das urnas, Agustín Edwards, dono do jornal *El Mercurio*, embarcou para os Estados Unidos, onde se entrevistou com o presidente Richard Nixon. Na oportunidade, também estavam presentes o assessor Henry Kissinger e outras personalidades. Diante delas, Edwards pediu ajuda para impedir a posse do presidente eleito. Na mesma tarde, Nixon instruiu Richard Helms, diretor da Central Intelligence Agency (CIA), para não poupar esforços nem recursos na desestabilização de Allende (Verdugo, 2003).

Depois de tentar, de forma infrutífera, envolver o presidente em exercício, Jorge Frei, a conspiração assumiu contornos mais dramáticos. Após várias tentativas de sequestro, o general René Schneider, comandante em chefe do Exército, terminaria sendo assassinado no intuito de que o fato deflagrasse um golpe militar que abortaria a chegada da Unidade Popular ao governo (Dinges, 2004).

Apesar desse magnicídio, Allende conseguiu assumir a presidência, mas as conspirações continuaram. Insufladas ainda mais pelo rumo que se seguiu, no qual os grupos de esquerdas forçaram um processo de radicalização, que entrou num caminho de não retorno.

Para resumir, nos dois casos nacionais, o conluio conspirador incluiu

núcleos integrados por militares e civis. As forças golpistas e as ditaduras basearam-se em coligações integradas por representantes desses dois segmentos, sob predomínio deste último (Sidicaro, 2004). Destacam-se, dentre esses grupos, as instituições que elaboraram os dois *corpus* documentais analisados.

Os atores que as compunham eram detentores de numerosos recursos de poder e recorreram a um amplo leque de ações para desestabilizar governos legalmente constituídos, e legitimar outros que assumiram o governo por vias de fato. Desse extenso repertório, temos prestamos atenção à produção eidética, já que tais quebras institucionais procuravam dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, derrotar o processo de radicalização em curso, que estava colocando em perigo a ordem vigente, ou pelo menos nisso acreditavam piamente; e, em segundo termo, refundar as bases nas quais os países se assentavam, com o intuito de erradicar as causas que tinham levado a essa conjuntura crítica (Garretón, 1985 e Sidicaro, 1996).

De todas formas a coesão não era total. Nesses embates, inclusive internos, chamam a atenção alguns argumentos esgrimidos. Num deles, no momento que se discutiu a reforma bancária no interior do IPÊS, Cândido Guinle de Paula Machado declarou que o projeto tinha que ser levado adiante “*independientemente de intereses pessoais ou de grupos*” (IPÊS, 1962b) e, quando chegou o turno da reforma agrária, a diretoria era compelida literalmente a tirar o problema do “*terreno demagógico*” e colocá-lo em termos “*rigorosamente científicos*”, para fugir da crise que se avizinhava (IPÊS, 1963c).

Salientamos o último ponto, dado que a invocação da independência científica está prenhe de intencionalidades políticas. Quem a evoca pretende se subtrair dos princípios democráticos, argumentando que as decisões devem estar baseadas em questões técnicas. Dessa forma, fica chancelada com a autoridade que a suposta neutralidade científica lhe confere, sendo o caso chileno aquele que maiores atenções merecera por parte do mundo acadêmico, como atesta o trabalho de Jonh Markoff e Verônica Montecinos (1993), dentre outros.

Sem embargo, alguns outros dados revelam que esse processo ainda não havia amadurecido completamente, nos dois casos comprovou-se a participação da Igreja católica, seja dando cobertura institucional, seja por meio de indivíduos que se engajaram em ações concretas. No caso do IPÊS, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade marcaram os momentos apoteóticos dessa simbiose.

Podemos ver, desse modo que, na etapa inicial dos regimes ditatoriais, a linguagem econômica ainda precisava de outros suportes para se impor, em particular os discursos católico e nacional, oferecendo assim, uma amostra de que a hipótese do Paradoxo Ortodoxo é válida. Tal parceria oferecia créditos para ambas as partes. Esses outros recursos discursivos faziam palatáveis medidas impopulares, as que, por sua vez, traziam alguma estabilidade para os regimes autoritários e, assim, legitimavam essas doutrinas e seus porta-vozes, que passavam a ser cultuados como os novos profetas.

Com o tempo, o discurso econômico foi capaz de se impor por seus próprios meios, prescindindo desses empréstimos. Muitas vezes, isso ocorria porque esses outros recursos se tornavam obsoletos ou porque entravam em conflito com aquele. Abria-se, assim, o caminho para uma nova etapa, na qual esse tipo de legitimação ganhava autonomia. Assim, a dominação podia ser exercida de forma hegemônica, no sentido gramsciano, ou seja, sem o emprego da força, ao terem se tornando irreversíveis as mudanças que tais programas apregoavam e que os regimes autoritários impuseram.

As propostas

O tema da descentralização abre *El ladrillo*, tornando clara a intenção de fornecer uma nova racionalidade à ação do Estado. Prefiro usar essa expressão à de racionalização, como ela tem sido empregada até pouco tempo atrás, dado que toda ação estatal pressupõe uma racionalidade. Tal inquietação afligiria também os membros do IPÊS, que pensaram numa ampla reforma administrativa, a qual seria posta em prática com o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implantando entre 1964 e 1967.

Chama a atenção que, em ambos os casos, a planificação estivesse presente, mas com a preocupação de distingui-la claramente da levada adiante nos países comunistas. No caso brasileiro, tal preocupação contou, na época da ditadura, com um ministério e até com um órgão consultivo específicos, o Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), cuja ação frutificaria no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II, que vigoraram nos governos dos generais Emilio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, respectivamente.

No Chile, a Pontifícia Universidade Católica de Santiago, onde fora gestado *El Ladrillo*, tinha seu próprio Centro de Planificación (CEPLAN), cujos membros entrariam em confronto com os funcionários da Oficina de Planificación (ODEPLAN), um órgão estatal, e também na sua própria Casa de Estudos. Esta última situação resultou na diminuição de seu orçamento, motivando assim, a saída de seus membros, os quais constituíram a Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN), em 1976. Para ter uma clara dimensão da sua relevância, salientamos que tal entidade acabou por fornecer quatro ministros da esfera econômica às administrações que seguiram ao período ditatorial.

Vale lembrar que a ODEPLAN tinha sido criada em 1967 e foi elevada ao status de ministério, sob os nomes de Ministerio de Planificación y Cooperación (MIDEPLAN) e Ministerio de Desarrollo Social de Chile, em 1990 e 2011, respectivamente, já terminado o governo autoritário.

Nos dois casos nacionais, almejava-se igualmente a formação de um vigoroso mercado de capitais, atraindo investimentos estrangeiros. Para tal fim, pretendia-se regulamentar favoravelmente a remessa de lucros, diante dos entraves criados pelos governos nacional-populares, assim como proceder à venda de ações das empresas estatais. Embora tais medidas possam nos sugerir uma simples entrega aos interesses externos, a intenção ia além. Procurava-se estabelecer certa parceria com esse tipo de capital, visando, inclusive, uma maior participação no comércio mundial e até a internacionalização de empresas locais.

No Chile, o diagnóstico no qual se basearam essas medidas considerava que um dos entraves que emperrava o desenvolvimento do mercado de capitais ancorava-se na existência de um sistema bancário antiquado, colocado a serviço estatal, sugando a quase totalidade dos recursos e inibindo a poupança interna. Por tal motivo, procurou-se realizar uma ampla reforma no setor, tal como tinha sido a intenção da Missão Klein, no Chile, da qual falaremos mais adiante, centrando-se suas propostas na modificação das funções desempenhadas pelo Banco Central e na criação de um Banco do Estado.

Dentro do IPÊS não foi possível chegar a uma solução consensual, devido às fortes divergências entre diferentes frações de capital. Enquanto os banqueiros defendiam um projeto próprio, os membros da diretoria do Rio de Janeiro, mais

ligados ao comércio, posicionavam-se contrários. Interessa notar também que, não obstante estarem claros os interesses que ambas as partes defendiam, seus argumentos foram revestidos com o verniz da independência (IPÊS, 1962b e 1962l).

A proposta que finalmente se definiu, seguiu um molde similar à chilena, tratando de distinguir claramente essas duas funções, que eram cumpridas pelo Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e pelo Banco do Brasil, na falta de um Banco Central, que seria criado em 1964 e posto a funcionar no ano seguinte. Igualmente é sintomático que Ernani Galvêas assumisse como seu primeiro como presidente, tendo sido ele quem tinha realizado o estudo da proposta dentro do Instituto.

A respeito das políticas de preços, as fórmulas se repetem nos dois casos. Seguindo uma mesma óptica, o grande vilão pela disparada inflacionária era o Estado. Em especial, seu gasto corrente, ou seja, com pessoal e outras despesas, e suas políticas de congelamento de preços, práticas monopolistas, concessões de incentivos excessivos e alento às correções salariais acima da inflação, que geravam desabastecimento, ineficiência e uma espiral inflacionária. As medidas propostas se concentraram em conter esse gasto, promover uma liberação dos preços, desregulando o mercado, quebrando monopólios e eliminando subsídios, assim como atrelar o aumento de salários a ganhos na competitividade.

No caso chileno, destacam-se duas possibilidades em aberto, a primeira se refere à criação de novos impostos, em especial o Imposto ao Valor Agregado (IVA), momento no qual se elogiaram as experiências belga e alemã; e, a segunda, à contratação de empréstimos externos. Este último elemento revela a estratégia que se implementaria após os golpes de Estado, no sentido de alavancar o crescimento com endividamento, levando à geração de um enorme passivo.

Interessa notar que, nas obras em análise, os problemas sociais mereceram um espaço menor, sempre vinculados a questões empresariais, não gozando de autonomia. Uma das soluções em comum visava a participação dos empregados nos lucros das empresas. Coberta pelo manto da democracia e da justiça social, essa medida seria aplicada apenas de forma limitada, especialmente em estatais. Tal medida tinha por objetivo associar o aumento salarial ao incremento da produtividade, ao tempo que também se pretendia reduzir o conflito social, fazendo com que o operariado se sentisse parte do desenvolvimento capitalista.

Tal proposta tinha raízes no pensamento social da Igreja católica de conciliação entre capital e trabalho, e seria conhecida como Economia Social de Mercado. Não por acaso, as Universidades Pontifícias de Santiago de Chile e a de Rio de Janeiro se envolveriam nesse processo. Longe de ser apenas uma conjunção local, isto encontra correlato em outras latitudes, como nos demonstra a ação da Loyola University de Nova Orleans, que se converteu num dos principais faros nesse sentido e, a partir do qual, esse envolvimento deixa de ser casual e se converte em sistêmico.

De todos os modos, os autores das propostas pareciam estar diante de um dilema de difícil solução. Em *El Ladrillo*, ao mesmo tempo em que se defendia a participação cidadã, evidenciava-se o problema de como fazer com que a população aceitasse os sacrifícios que lhe seriam impostos. Uma página e meia mais adiante, a disciplina é apresentada como remédio, solução que Pinochet proporcionaria em doses terríficas (CEP, 1992, p. 164).

Essa concepção também procurava tirar da órbita estatal a previsão social,

colocando-a como responsabilidade dos interessados. Isto fica manifesto nos dois casos, ao sugerirem a perda do monopólio estatal nesse campo e a introdução de sistemas de poupança. Nessa direção, as Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP) no Chile, foram as mais claras expressões desse processo.

Igualmente, foi proposta a criação de um seguro desemprego, constituído mediante aportes dos trabalhadores e seus patrões, para compensar a perda de estabilidade no âmbito privado, em consonância com as novas necessidades do capital. Talvez o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no Brasil, tenha sido a iniciativa melhor sucedida nesse sentido.

A criação desse último fundo vincula-se, também, a outra das propostas. Para tornar mais palatável a medida, além dos casos de desemprego ou aposentadoria, o dinheiro que os empregados acumulavam podia ser utilizado na aquisição da moradia própria. Dessa forma, atingiam-se vários objetivos: amparar os trabalhadores que tinham perdido a estabilidade; dinamizar a construção civil, um motor fabuloso da economia; criar lealdades de longo prazo; bem como se pretendia resolver o problema da precarização da moradia nas grandes urbes. Esta última situação começava a constituir um sério problema social, com reflexos no político. Lembremos que, no caso chileno, a resistência mais acirrada se deu nas *poblaciones*, como são denominados os bairros urbano marginais de Santiago. No Brasil, com o objetivo de gerenciar esse tipo de operações, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), que rapidamente entrou na órbita do pessoal ligado ao IPÊS.

Outra fonte de enorme conflito estava na questão agrária. Nessa época, os dois países passavam por processos de convulsão no campo. No Brasil, o presidente João Goulart era acusado de aproximar-se das ligas camponesas, que pleiteavam a Reforma “*na lei ou na marra*”. Já, no Chile, tal reestruturação tinha sido iniciada ainda na presidência do democrata cristão Jorge Frei, acelerando-se sob a égide do socialista Salvador Allende.

Que a problemática perpassasse setores ideológicos diversos nos fala da amplitude de sua natureza, a qual gerava polêmicas que podiam atravessar, inclusive, as próprias organizações, como aconteceu no caso de IPÊS, com atritos entre as seções carioca e paulista (IPÊS, 1963c). Isto nos revela que os grupos dominantes ou os regimes autoritários não eram necessariamente refratários a tal medida, apenas procuraram redirecionar seus objetivos. Com ela tentavam dar um novo dinamismo à propriedade rural, para se inserir no novo contexto internacional do capitalismo. Para tal fim era preciso destravar as frentes de conflito já abertas, algo semelhante com o acontecido no Japão ou na Coréia do Sul, no pós-guerra. No caso chileno, tornou-se clara tal intencionalidade ao preferir-se a propriedade reformada individual à coletiva. Por sua vez, no caso brasileiro, foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural (IPÊS, 1966a e 1966b), que garantia a esse tipo de trabalhador, entre outros, o benefício a uma aposentadoria mínima, sem necessidade de comprovar aportes.

Não obstante seja uma preocupação habitualmente pouco associada às políticas da área econômica, nos dois casos prestou-se especial atenção à educação. Esse interesse esteve centrado, em particular, no nível superior, talvez por se alocar em tal esfera um dos pilares de sustentação dos governos de raiz nacional-popular e, também, porque o movimento estudantil universitário era uma das mais importantes fontes de contestação, seja da ordem social em geral, ou dos governos autoritários em particular.

Tal situação alarmava os grupos que desenhariam as políticas públicas

durante os regimes ditatoriais, como fica evidente no caso do IPÊS, que reuniu, no Fórum da Educação, várias das mais altas autoridades, em junho 1968 (Souza, 1981). Elas estavam extremadamente assustadas com os estertores do Maio Francês, o que não deixava de fazer sentido, como demonstrou o malogrado Congresso de Ibiúna, de outubro desse ano, que tentou rearticular a União Nacional dos Estudantes (UNE) e é considerado um marco na luta contra a ditadura.

A propósito, ambas as experiências autoritárias coincidem na necessidade de fortalecer o setor privado de ensino, em geral mais alinhado com suas ideias ou menos politizado. No caso brasileiro, foram estabelecidas condições para o acesso dos setores médios, mediante a criação do Banco de Educação, que ficaria a cargo do financiamento educacional.

Depois deste longo *racconto*, chama a atenção que o último apartado de *El Ladrillo* estivesse dedicado a expor a política industrial, quase esquecida após 182 páginas. De todas as formas, ela lá está presente, diferentemente do caso brasileiro. O IPÊS discutiu sobre quase todos os assuntos, menos sobre essa temática, segundo os registros que nos legara.

O sintoma marcante desse esquecimento ou da demora em ser tratado, pode revelar muito do que aconteceria no setor, que passará a um segundo plano com o processo de financierização¹². Nessa reestruturação, as palavras de ordem passaram a ser eficiência, especialização, modernização, reestruturação, capitalização, integração, competitividade, diminuição dos custos com mão de obra e mobilidade no emprego, bem diferentes da etapa anterior e baseadas no fortalecimento do mercado interno.

Igualmente, advertimos certa ênfase, especialmente no caso chileno, na delimitação de um marco institucional com regras claras e estáveis, que garantisse: a livre concorrência; o fim do Estado administrador e empresário, exceto em setores estratégicos, talvez para não alarmar aliados militares, ciosos teóricos da soberania; assim como a redução dos custos da mão de obra e uma maior mobilidade no emprego, chave para se inserir num novo contexto de mundialização que estava em cernes.

Para finalizar este apartado, podemos afirmar que, até as singelas explicações posteriores acerca de como essas ideias e seus autores foram levados aos mais altos escalões do governo, se parecem. No prólogo de *El Ladrillo*, Sérgio de Castro narra que:

[...] el 11 de septiembre de 1973 los documentos señalados, en su primer borrador, quedaron en el escritorio de la máquina de escribir y en el carro mismo de ésta. Cabe señalar que sólo uno de los miembros del grupo académico, sin que el resto lo supiéramos o siquiera sospecháramos, tenía contacto con los altos mandos de la Armada Nacional. Grande fue pues nuestra sorpresa cuando constatamos que la Junta de Gobierno poseía nuestro documento y lo contemplaba como de posible aplicación (CEP, 1992, p. 164).

Como consequência natural:

El primer efecto del Programa de Desarrollo Económico fue la migración de casi

¹² Tal palavra não está dicionarizada, mas é amplamente usada no jargão econômico para denominar o processo em que a atividade financeira substitui a industrial como principal motor do processo de acumulação capitalista das últimas décadas.

todos sus autores, desde los claustros universitarios al árido y difícil, pero espiritualmente gratificante, campo del servicio público (*ivi*, p. 11).

No caso do Brasil, as explicações acerca dessa coincidência são igualmente simples, para não falar de ingênuas. Segundo Boris Fausto, “uma das razões pelas quais Castelo escolheu Campos para o ministério foi ter assistido a suas conferências [na ESG] e concordado com as conclusões” (FAUSTO, 2000, p. 470).

Certamente, esses indivíduos e suas ideias tinham nascido no lugar e no momento certos, nem o próprio Maquiavel (1532) poderia achar homens de maior fortuna.

A guisa de conclusão

O método de concatenar as ideias que os próprios materiais nos apresentam pode parecer, numa primeira impressão, excessivamente empirista. De todos os modos, nos possibilitou observar a existência de certa linearidade entre um tipo de pensamento e aquilo que foi posto em prática. As confluências encontradas também podem ser interpretadas como a construção de um verdadeiro receituário. Inclusive, a recorrência de diversos pontos em comum, nos convidam a levantar interrogantes a respeito da circulação desse tipo de propostas.

No momento em que nos deparamos com a citação escolhida como epígrafe, pensávamos que, com a metáfora “receita do bolo”, Glycon de Paiva Teixeira se referia apenas à forma como se desestabilizaram os regimes democráticos e se deflagravam os golpes de Estado. O que a comparação vis a vis das programáticas na esfera das políticas econômicas nos sugere, é que, também nesse campo, poderia ter ocorrido algum tipo de articulação transnacional.

Vários indícios nos conduzem a formular uma hipótese desse teor, que poderá nos guiar num longo caminho que ainda está por ser trilhado, para poder ampliar a compreensão de uma relação que seguramente foi menos casual do que os atores gostariam que se acreditasse. A desconfiança, como metodologia e aplicada com rigor hermenêutico, pode nos revelar que esse processo, em especial aquele que foi subterrâneo, transcorreu de forma menos óbvia, com nuances que uma análise comparativa pode colocar de relevo e que em estudos nacionais podem passar despercebidas.

As ditaduras se basearam numa programática econômica mais ou menos comum, forjada antes da instalação desses regimes e levadas ao seu interior através de mecanismos de transmissão informais, quase misteriosos, no entanto, muito efetivos. Ao rotulá-la como neoliberal, os analistas operaram de forma *ex post* num processo que foi muito mais rico. Ela certamente registrou algumas confluências, mas também diversos matizes, entre os quais os das diferentes linhagens constitutivas têm se revelado como um dos mais significativos. No caso do Brasil, a influência ordoliberal aparece de forma mais nítida; no caso chileno a de Chicago, o que nos ajuda a compreender muitas das diferenças posteriores, em especial a profundidade no processo de retração do Estado, menor no primeiro caso e de maior envergadura no segundo. De todos os modos, isso não se deveu unicamente a essa origem, mas, em essência, à forma como o conjunto social reagiu nesse processo. Em especial, aqueles setores que ocupavam uma posição dominante, notadamente segmentos empresariais, militares e tecnoburocráticos, que não apenas operavam internamente, mas

numa conjuntura na qual forças externas teriam peso considerável.

Bibliografia

- ASSIS RIBEIRO, Paulo de Carta de Paulo de Assis Ribeiro a Luís Viana Filho em Notas sobre a implantação da reforma agrária, s/d, Fundo de Paulo de Assis Ribeiro.
- BARBOSA, Paulo de Almeida Barbosa. *A Gazeta*, 8/5/1963.
- BADRA, Aniz. "Anteprojeto do deputado Aniz Badra, com 212 assinaturas e 79 artigos". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7/8/1962.
- CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS. *Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*. Santiago de Chile, Centro de Estudios Públicos, 1992.
- CORVALÁN, María Alejandra. *El Banco Mundial. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina*. Buenos Aires, Biblos, 2002.
- D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de; e HIPOLITO, Lucia, (orgs.). *Na periferia da história; depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- DEZALAY, Ives e GARTH, Bryant G. *The internationalization of palace wars. Lawyer, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago/Londres, Chicago University Press, 2002.
- DIEGUE, M. Jr. "Antecedentes da reforma agrária no Brasil". *Cadernos Brasileiros*, Rio, nº 4, julho/agosto de 1963, pp. 51-54.
- DINGES, John. *Operación Cóndor: Una década de terrorismo internacional en el Cono Sur*. Santiago de Chile, Ediciones B Chile, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Editorial Vozes, 1981.
- EVANS, Peter B. "The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change". In HAGGAR, Stephan e KAUFMAN, Robert R. (eds.). *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton, Princeton University Press, 1992. (pp. 139-181).
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 2000.
- FIESP. "Relatório da FIESP". *Folha de S. Paulo*, 16/5/1963.
- FIGUEIREDO, João Baptista Leopoldo. *O Estado de S. Paulo*, 7/3/1963.
- FISCHER, Karin. "The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet". In MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge/London, Harvard University Press, 2009, pp. 305-346.
- FLORES, Jorge Oscar de Mello e HUBER, Gilbert Jr. "Democratização do capital" (trabalho para a IV Conferência de Relações Públicas). *O Estado de S. Paulo*, 10/10/1963.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. "Proyecto, trayectoria y fracaso en las dictaduras del Cono Sur. Un balance". In CHRENSKY, Isidoro e CHONCHOL, Jacques, (comps.). *Crisis y transformación de los regímenes autoritarios*. Buenos Aires, Eudeba, 1985.
- HEINZ, Flávio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo, Oikos, 2009.
- HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago, Sudamericana, 2000.
- IPÊS. Plano de Estudo de Temas, Atas do IPÊS, 19/1/1962a
- IPÊS. Comunicação de Garrido Torres (Setor de Estudos) ao Comitê Diretor, Atas do Comitê Diretivo do IPÊS/Rio, 29/5/1962b.

- IPÊS. José Garrido Torres, Glycon de Paiva Teixeira, Jorge Behring de Mattos e Israel Klabin, Atas do IPÊS/Rio, 5/2/1962c.
- IPÊS. Carta do Comitê Executivo a José Garrido Torres, Chefe do Grupo de Estudos, 5/6/1962d.
- IPÊS. José Garrido Torres ao general Heitor Almeida Herrera, Atas do IPÊS, 20/3/1962e.
- IPÊS. Atas da Comitê Diretivo do IPÊS/Rio, 3/4/1962f.
- IPÊS. Gilbert Hubert Jr., Cândido Guinle de Paula Machado e Glycon de Paiva Teixeira. Relatório do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, abril de 1962g.
- IPÊS. Carta de Mário Henrique Simonsen a José Garrido Torres, Rio de Janeiro, 23/2/1962h.
- IPÊS. Comunicação de José Garrido Torres ao general Heitor Almeida Herrera, 29/5/1962i.
- IPÊS. Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 5/6/1962j.
- IPÊS. Comunicação de José Garrido Torres ao Comitê Diretivo, Atas do IPÊS/Rio, 11/5/1962k.
- IPÊS. Atas do Comitê Diretivo do IPÊS/Rio, 3/4/1962l.
- IPÊS. Carta de Garrido Torres para o general Herrera, Rio de Janeiro, 20/3/1962m.
- IPÊS. Jorge Oscar de Mello Flores, Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 11/5/1962n.
- IPÊS. Atas dos Comitês Executivos do IPÊS, Reuniões conjuntas, 30/8/1962o.
- IPÊS. Atas do IPÊS, 27/3/1962p.
- IPÊS. Harold Cecil Polland, Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 25/9/62q.
- IPÊS. Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 27/12/62r.
- IPÊS. Glycon de Paiva Teixeira, Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 28/8/1962s.
- IPÊS. Glycon de Paiva Teixeira, Atas do Comitê Diretivo do IPÊS/Rio, 20/12/1962t.
- IPÊS. Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 27/12/1962u.
- IPÊS. "Estudo Sobre a Reforma Agrária". *O Estado de S. Paulo*, 10/1/1963.
- IPÊS. Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 2/5/1963a.
- IPÊS. Carta de Jorge Oscar de Mello Flores a Glycon de Paiva Teixeira, Rio 15/4/1963b. IPÊS Súmula de Atividades Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos no período compreendido entre março de 1962 a fevereiro de 1963.
- IPÊS. Atas do Comitê Executivo do IPÊS, 25/7/1963c.
- IPÊS. Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 5/11/1963d.
- IPÊS. Paulo de Assis Ribeiro. Quem elege quem. Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 5/11/1963e.
- IPÊS. *A reforma agrária: problemas-bases-soluções*. Rio de Janeiro, Artes Gráficas Gomes de Souza, 1964.
- IPÊS. José Arthur Rios, Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 20/2/1964a.
- IPÊS. Carta enviada a Paulo de Assis Ribeiro por Lindolfo Martins Ferreira, membro do conselho e presidente da Comissão Especial do CONSPLAN, 23/8/1966a.
- IPÊS. Memorando CONSPLAN, anexo à carta, Agosto de 1966b.
- IPÊS. Ata do Comitê Orientador do IPÊS/GB, 9/7/1968a.
- IPÊS. Relatório Anual de Atividades do IPÊS/GB de 1968b.
- IPÊS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: APEC Editora SA, 1969.

- KAHLER, Miles. "Orthodoxy and its Alternatives: Explaining Approaches to Stabilization and Adjustment". In NELSON, Joan (ed.). *Economic Crisis and Policy Choice*. Princeton, Princeton University Press, 1989.
- KOCKA, Jürgen. "Comparison and Beyond". *History and Theory*, Vol. 42, n° 1, February 2003.
- LINZ, Juan. "Una interpretación de los regímenes autoritarios". *Papers*, (Revista de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, n° 8, Barcelona, Ediciones Península, 1978.
- MACHADO, Cândido Guinle de Paula. "Reforma Agrária". *Cadernos Brasileiros*. Rio, n° 1, janeiro/fevereiro de 1963. (pp. 72-77).
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Il Príncipe*. Várias edições, 1532.
- MARKOFF, John e MONTECINOS, Verônica. "The ubiquitous rise of economists". *International Public Policy*, 1993, pp. 37-68
- MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin*. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London, Harvard University Press, 2009.
- PAIVA, Glycon Teixeira de. "Introdução". In *Estrutura Agrária do Brasil*. IPÊS, 5 de novembro de 1963.
- RIOS, José Arthur. "O que é e o que não é reforma agrária". *Cadernos Brasileiros*. Rio, n. 4, julho/agosto de 1963, (pp. 45-50).
- RIOS, José Arthur et all. *Recomendações sobre a Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Editorial do IBAD, 1961.
- SIDICARO, Ricardo. "Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el 'Proceso' en perspectiva comparada". In PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2004, pp. 53-96.
- SIDICARO, Ricardo. "El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa". In TCACH, César e QUIROGA, Hugo. *A Veinte Años del Golpe. Con Memoria Democrática*. Rosario, Homo Sapiens, 1996.
- SIMONS, Marlise. "Whose coup?". *Brazilian Information Bulletin*, California, winter 1974, n. 12. (pp. 7-9).
- SOUZA, Maria Inês Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 64*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madri, Alianza Editorial, 1991.
- TORRES, José Garrido. "A democratização da Empresa no Brasil". *Cadernos Brasileiros*, s.l., n° 4, julho-agosto de 1965, pp. 14-18
- TOURAINÉ, Alain. *América Latina. Política y sociedad*. Madri, Espasa-Calpe, 1989.
- VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists. The Chicago School in Chile*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- VERDUGO, Patricia. *Allende – cómo la Casa Blanca provocó su muerte*. Santiago, Catalonia, 2003.
- WILLIAMSON, John. Una estrategia de desarrollo para América Latina en la década de 1990. In IGLESIAS, Enrique (ed.). *El legado de Prebisch*. Washington DC, BID, 1993. (pp. 175-185).

Hernán Ramírez: doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Professor Pesquisador da Universidade

do Vale do Rio dos Sinos / Brasil. Foi, também, professor da Universidad Nacional de Córdoba e da Universidad Empresarial Siglo 21 / Argentina e da Universidade Estadual de Londrina / Brasil.

Contato: hrramirez@unisinos.br

Recebido: 18/09/12
Aprobado: 10/12/12